ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº348/2012, DE 18 DE JULHO DE 2012

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	TOTAL
MILTON ALVES DE OLIVEIRA	GESTOR AMBIENTAL	5271-X	IV	20 À 22.07.2012	FORTALEZA-JUOCA DE JERICOACOARA-FORTALEZA	2,5	64,83	162,07
ANTÔNIO MAURICÉLIO DUARTE DA ROCHA	ASSESSOR TÉCNICO	585360-16	III	20 À 22.07.2012	FORTALEZA-JUOCA DE JERICOACOARA-FORTALEZA	2,5	77,10	192,75

*** **

PORTARIA Nº366/2012.

CRIA A CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE – CONPAM E DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMACE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE E O SUPERINTENDENTE DA SEMACE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Estadual nº30.238, de 28 de junho de 2010 e da Lei nº11.411, de 28.12.1987, com a redação dada pela Lei Estadual nº12.274, de 05.04.1994; e: Considerando o que dispõe o art.18 da Lei Estadual nº14.950, de 27 de junho de 2011. Considerando o que dispõe o art.36 da Lei Federal nº9985, de 18.07.2000 e o art.32 do Decreto Federal nº4340, de 22.08.2002; Considerando a Resolução CONAMA nº371, de 5 de abril de 2006; Considerando a Resolução COEMA nº09, de 29 de maio de 2003; Considerando a necessidade de garantir os espaços necessários para os debates, discussões e subsídios técnicos na formação de consensos no interesse institucional e da conservação e preservação do meio ambiente, objetivando adotar as decisões necessárias à aplicação e uso dos recursos financeiros oriundos do processo de licenciamento sob forma de compensação; RESOLVEM:

Art.1º - Fica criada a Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA, de caráter consultivo e deliberativo, integrada por representantes, titulares e suplentes, a seguir designados:

I – Do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM

a) Presidente

b) Coordenador de Desenvolvimento Institucional

c) Coordenador de Biodiversidade

II – Da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE

a) Superintendente

b) Diretor de Controle e Proteção Ambiental

c) Diretor de Fiscalização

§1º. Na ausência dos integrantes titulares, conforme artigo anterior, estes serão representados por seus substitutos legais, temporários ou eventuais regularmente designados, para este fim, por ato da autoridade ausente.

§2º. Em caso de empate, nas votações realizadas pelos integrantes da Câmara de Compensação Ambiental, caberá ao Presidente o voto de desempate.

Art.2º A CECA será presidida pelo titular do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente e, em seus impedimentos legais, temporários ou eventuais, pelo titular da Superintendência Estadual do Meio Ambiente.

Art.3º São atribuições da CECA:

I – estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental Estadual;

II – examinar e decidir, periodicamente, a metodologia e os procedimentos de cálculo da compensação ambiental;

III – propor diretrizes necessárias para agilizar a regularização fundiária das unidades de conservação;

IV – analisar e decidir sobre os planos de aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental;

V – estabelecer diretrizes para elaboração de um plano transitório para administração da fonte de recursos da compensação ambiental;

VI – deliberar, na sua esfera de competência, sob forma de resoluções, proposições e recomendações, visando o cumprimento da legislação ambiental referente à compensação ambiental Estadual;

VII - elaborar seu regimento interno.

Art.4º - A câmara de Compensação terá uma Secretaria Executiva que prestará o apoio técnico e administrativo ao seu funcionamento e terá a seguinte incumbência:

I – Assessorar a Presidência da Câmara de Compensação Ambiental nos assuntos de sua atribuição;

II – organizar e manter o arquivo da documentação relativa às atividades da Câmara de compensação Ambiental;

III – propor e acompanhar o calendário e a agenda das reuniões;

Parágrafo único: A Secretaria Executiva de que trata este artigo será exercida pelo Orientador da Célula de Compensação Ambiental.

Art.5º - A Câmara de Compensação Ambiental reunir-se-á, em caráter ordinário, a cada trinta dias, e extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou por solicitação dos seus membros.

Artº 6 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artº 7 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº118/2007, de 18 de junho de 2007.

CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 15 de julho de 2012.

Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

José Ricardo Araújo Lima

SUPERINTENDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº16/2011 - CONPAM/ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS PROCESSO Nº12222354-3

CONTRATANTE: Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM. CONTRATADA: **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Autorização do Sr. Presidente, com respaldo legal no que dispõe o art.25 caput da Lei 8.666/93. OBJETO: O presente Aditivo tem por objeto **alterar a redação do subitem 6.1. da Cláusula Sexta – Das Condições de Pagamento, do Contrato Originário**, que passará a ser a seguinte: “5.1. A ECT apresentará à CONTRATANTE, para efeito de pagamento, as faturas mensais, correspondentes aos serviços prestados, elaboradas com base nos documentos de postagem e venda de produtos, cujo vencimento será o dia 23 (vinte e três) do mês subsequente à prestação do serviço.” RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as cláusulas e condições inicialmente contratadas. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 14 de junho de 2012. ASSINATURAS: Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa - Presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM e Rosiany do Amaral B. Brito - Gerente da Região de Vendas I - ECT/DR/CE. Certifico que o presente extrato confere com o Aditivo original. CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE - CONPAM, em Fortaleza, 18 de julho de 2012.

Felipe Gomes Cavalcante

ASSESSORIA JURÍDICA

Fortaleza, 18 de julho de 2012.

*** **

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº02/2012 - CONPAM/ GEOFACIE ASSESSORIA E CONSULTORIA AMBIENTAL PROCESSO Nº12222291-1

CONTRATANTE: Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM. CONTRATADA: **GEOFACIE ASSESSORIA E CONSULTORIA AGROAMBIENTAL**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Autorização do Sr. Presidente, com respaldo legal no que dispõe o art.57, inciso II da Lei 8.666/93. OBJETO: O presente Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo** de vigência do Contrato nº02/2012, pelo período adicional de 06 (seis meses), contados a partir do dia 30 de junho de 2012. PRAZO: Pelo presente termo, o prazo contratual passa a vigorar de 30 de junho de 2012 até 30 de dezembro de 2012, visto haver interesse do deste Conselho em dar continuidade aos serviços prestados pela empresa suso mencionada, tudo de acordo com solicitação constante no processo em epígrafe. DISPOSIÇÕES GERAIS: Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as cláusulas e condições inicialmente contratadas, que passam a fazer parte do aditivo em tela. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 28 de junho de 2012. ASSINATURAS: Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa - Presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente -